

Ano XXIV nº 6453 – 03 de novembro de 2021

Governo faz pressão para que Câmara aprove PEC dos Precatórios

A Câmara pode votar hoje, 03 de novembro, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, que limita o valor dos precatórios a serem pagos pela União no ano que vem e autoriza o governo de Jair Bolsonaro a gastar mais em ano eleitoral. A PEC também viabiliza o programa do governo chamado Auxílio Brasil, que deve substituir o Bolsa Família.

Segundo informações do Jornal Folha de S. Paulo, “integrantes do governo contam com recuo do PT para aprovar a PEC dos Precatórios. O discurso é que demandas dos Governadores do Nordeste foram atendidas e, portanto, não há mais motivo para ser contra o texto, que abre espaço para o Auxílio Brasil”. Mas a presidente do partido, Gleisi Hoffmann, disse ao Painel que a posição continua a mesma, de ser contra a PEC. Ela diz que a proposta é um “escândalo”, porque “não é só para atender o povo, mas para emendas de relator.

As contas nesta terça mostravam cenário apertado. Com lotação máxima na Casa, haveria dez votos além do necessário para aprovar a PEC. Segundo parlamentares, o governo tem jogado pesado, ameaçando não transferir emendas impositivas para quem não comparecer. A proposta se tornou motivo para uma queda de braço entre a Câmara e o Palácio do Planalto em relação à verba para emendas parlamentares.

A Emenda parlamentar é a forma de deputados e senadores enviarem dinheiro do Orçamento Federal para obras e projetos em suas bases eleitorais. Isso amplia o capital político dos congressistas e tem um peso ainda maior com a proximidade das eleições de 2022. Líderes partidários da base do governo na Câmara intensificaram nos últimos dias a pressão para que deputados estejam presencialmente nesta quarta em Brasília em mais uma tentativa de votar a proposta que abre espaço no Orçamento. São necessários pelo menos 308 votos em dois turnos para a PEC ser aprovada e seguir ao Senado.

Petrobras: alta dos combustíveis garante lucros bilionários aos acionistas



Adotada a partir de outubro de 2016, durante o governo Temer, a política de Preço de Paridade Internacional (PPI) da Petrobras completa cinco anos. Em vez de garantir a soberania energética do país, a opção foi privilegiar os lucros no curto prazo aos acionistas da estatal. Nesse sentido, trata-se de uma estratégia bem-sucedida. No balanço divulgado no dia 29/10, a Petrobras registrou lucro de 31,1 bilhões de reais no 3º trimestre de 2021. Também anunciou o pagamento antecipado de R\$ 31,8 bilhões em dividendos aos investidores.

Enquanto os lucros são apropriados por um pequeno grupo, os custos dessa política são socializados com o conjunto da população brasileira. O principal resultado são os preços recordes dos combustíveis. Somente neste ano, o preço da gasolina foi reajusta 15 vezes, acumulando alta de 74% no período. O diesel, reajustado em 12 oportunidades, registrou aumento de 64,7%.

Isenção de exames no Bradesco até dezembro

Dando continuidade à ação realizada no Outubro Rosa, o Bradesco está isentando os funcionários da cobrança de coparticipação nos exames preventivos também no Novembro Azul. Poderão ser realizados gratuitamente, até dezembro, colonoscopia, PSA (Antígeno Prostático Específico), além dos já disponibilizados mamografia e o papanicolau.

Os exames são fundamentais para detectar casos de câncer e devem ser realizados anualmente ou na frequência recomendada por cada médico. Com o diagnóstico precoce, as chances de cura são maiores do que em estágios avançados.

A ação de isenção de cobrança realizada pelo Bradesco deve ser copiada por outros bancos, para garantir a saúde e bem-estar da categoria. Os bancários devem aproveitar a oportunidade e se cuidar.

